

'Diário Oficial' publica

AMC

FOLHA DE S. PAULO

contratações e criação de cargos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney aproveitou a penúltima edição do "Diário Oficial da União" anterior à vigência da nova Constituição para contratar funcionários sem concurso público e criar centenas de cargos de confiança na administração federal. Resta ainda uma edição do "Diário Oficial" — a edição normal, que circula hoje de manhã — para a publicação de atos que à tarde passam para a competência do Congresso Nacional.

A nova Constituição estabeleceu a exigência de concurso público para contratação de funcionários e passa

de confiança, em número não especificado. Foram reestruturados os cargos de confiança dos Sistemas de Controle Interno (Ciset) de todos os ministérios civis e autorizadas mais quatro concessões de rádio e televisão. As concessões que forem dadas a partir de hoje à tarde terão que ser autorizadas pelo Congresso.

O "Diário Oficial" circulou com cerca de seis horas de atraso, assim mesmo sem a seção 2, que publica nomeações e demissões. Parte do atraso se deve à demora da Presidência da República em preparar os atos para a publicação. A diretora do DIN, Dinorá Moraes, disse que também houve "problemas técnicos"

com a rotativa, em uso há 17 anos. Em virtude do atraso, os funcionários da impressão foram liberados por algumas horas, no meio da tarde, para dormir na sede do DIN e recomeçar em seguida a trabalhar nas edições de hoje (a normal e a especial, que publicará o novo texto constitucional).

O presidente da Associação dos Servidores do CNPq, Ronaldo Conde Aguiar, entrou ontem na 8ª Vara da Justiça Federal de Brasília com uma ação popular contra a diretoria do órgão, em virtude das 61 contratações. Na ação, ele alega que a diretoria descumpriu o acordo coletivo de trabalho e o Plano de Cargos

e Salários dos servidores, que determinam que o preenchimento de vagas deve ser feito preferencialmente através de ascensão funcional.

Para Ronaldo Aguiar, as contratações do CNPq foram "absolutamente escandalosas" e de cunho político. Ele disse que desde agosto vem alertando a presidência do órgão para a ilegalidade da medida, que já era esperada. A assessoria da presidência do CNPq argumentou que as contratações se justificam pela urgência no preenchimento de vagas especializadas e que alguns "programas importantes", como o de informatização do órgão, estão

praticamente paralisados em função da falta de pessoal. Ao todo, havia 85 vagas.

No DIN, além de contratações, foram efetivados servidores que trabalhavam em tabelas especiais (sem vínculo empregatício), num total aproximado de cem funcionários. Dinorá Moraes afirmou que os servidores de tabelas especiais foram submetidos a concurso interno (e não públicos) "extremamente sério", ao qual concorreram também ocupantes de cargos de confiança. Ela contestou denúncia anônima de funcionários, segundo a qual assessores da diretoria teriam sido beneficiados. "Todos concorreram em pé de igualdade", disse.

A noite, Sarney assinou decretos alterando a estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o estatuto do CNPq e a regulamentação do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), ligado ao MCT. Outro decreto, divulgado às 22h, dispõe sobre a estrutura básica do Ministério do Interior. Sarney também designou a delegação de parlamentares que acompanhará, na qualidade de observadores, a 63ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Editoria de Arte

OS "DRIBLES" DE SARNEY À CONSTITUIÇÃO

Segurança Nacional

O que manda a nova Carta

O Conselho de Segurança Nacional será substituído pelo Conselho de Defesa Nacional

O que fez Sarney

Em decreto-lei publicado anteontem, transformou a Secretaria-Geral do CSN em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, preservando o órgão com a sua estrutura, funcionários e orçamentos

Administração pública

O que manda a nova Carta

Cabe ao Congresso Nacional decidir sobre a organização administrativa, estruturação dos ministérios e outros órgãos públicos, criação e extinção de cargos e empregos

O que fez Sarney

Reformou a estrutura dos ministérios da Saúde (26/09), Habitação e Bem-Estar Social (2/10) e Justiça (30/09), extinguindo e criando cargos em todos os ministérios civis

Concessões de rádio e TV

O que manda a nova Carta

O Congresso terá competência para aprovar concessões de rádio e TV

O que fez Sarney

Só em setembro, o governo distribuiu 339 concessões de rádio e 29 de TV

Tribunal de Contas

O que manda a nova Carta

O Congresso poderá indicar dois terços dos ministros do Tribunal de Contas da União

O que fez Sarney

Paulo Afonso Martins, secretário-geral da Câmara, e o deputado Homero Santos (PFL-MG) foram indicados e tiveram seus nomes aprovados pelo Senado (28/09)

Contratações de funcionários

O que manda a nova Carta

Novos funcionários públicos só poderão ser contratados mediante concurso

O que fez Sarney

Autorizado por Sarney, o ministro da Administração, Aluizio Alves, contratou quase 2 mil funcionários sem concurso

Fernando de Noronha

O que manda a nova Carta

O território de Fernando de Noronha é anexado ao Estado de Pernambuco

O que fez Sarney

Na semana passada, Sarney determinou a transferência de todos os bens até então administrados pelo governo do território para a Aeronáutica e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

Incentivos

fiscais

O que manda a nova Carta

O Congresso precisará aprovar previamente os incentivos fiscais

O que fez Sarney

Prorrogou até 1993 os incentivos para o Nordeste (Sudene) e Amazônia (Sudam) que venceriam em 31 de dezembro

Imposto dos militares

O que manda a nova Carta

Os militares ficam sujeitos a pagar Imposto de Renda sobre o total de seus ganhos

O que fez Sarney

O aumento das indenizações, publicado no "Diário Oficial" na semana passada, contorna a mordida do leão

Habeas data

O que manda a nova Carta

Qualquer cidadão pode requerer o conhecimento e a retificação de dados sobre sua pessoa nos arquivos de entidades privadas ou governamentais

O que fez Sarney

No novo regimento do SNI, baixado semana passada, fica determinado que compete privativamente ao ministro-chefe autorizar a liberação de informações e sua retificação

Comissão vai adaptar regras para a Câmara

Da Sucursal de Brasília

A primeira iniciativa do presidente da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, após a promulgação da nova Carta, deverá ser a criação de uma comissão interpartidária para elaborar um anteprojeto de regimento interno para a Câmara, adaptado à nova Constituição. Entre os líderes partidários, é unânime a opinião de que o novo regimento deve estar pronto antes de se proceder à elaboração da legislação complementar à Constituição.

Ulysses quer ver as questões sociais regulamentadas em primeiro lugar. A maioria dos partidos já listou suas prioridades, mas julga difícil votar qualquer lei antes das eleições por que não deverá haver quórum.